

### 3. ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS POPULARES NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

Debruçar-se sobre esta temática é entrar num campo árido, seja pela heterogeneidade das experiências econômicas dos excluídos ou pela indefinição no campo teórico de algumas categorias. Assim, muitas vezes, não ficam claras as delimitações quando falamos em cooperativismo, organizações econômicas populares, economia solidária, economia popular, economia subterrânea, etc. Frigotto (s/d:106) discute que, em referência à problemática da economia solidária e do cooperativismo, existem dificuldades de várias ordens, uma delas é “definir claramente de que solidariedade e de que trabalho cooperativo estamos falando”. Historicamente, o capital também se utiliza de solidariedade e de cooperação, mas com vistas à exploração do trabalho. O desafio é forjar o novo, mesmo num velho contexto, ou seja, compreender que a sociedade democrática e igualitária que sonhamos não será obra de **anjos voando neste lugar**, e que, tampouco, concretizar-se-á num assalto, mas será fruto da luta dos trabalhadores em diferentes campos, buscando construir uma contra-hegemonia. Para tal, é importante que agucemos em nós a capacidade de análise crítica, bem como a de sonhar, de ter a utopia como companheira.

Assim, interessa-nos criar alternativas tendo a dimensão das contradições e dos conflitos, impreterivelmente, presentes, nas relações burguesas que estamos vivendo. Definir a direção que queremos tomar é fundamental, porém não resolve o problema da conceituação das categorias acima mencionadas. Acreditando na teoria como força material

quando apropriada pelas massas, faz-se necessária essa discussão, evidentemente se nenhuma pretensão de esgotá-la, mas entretanto problematizá-la.

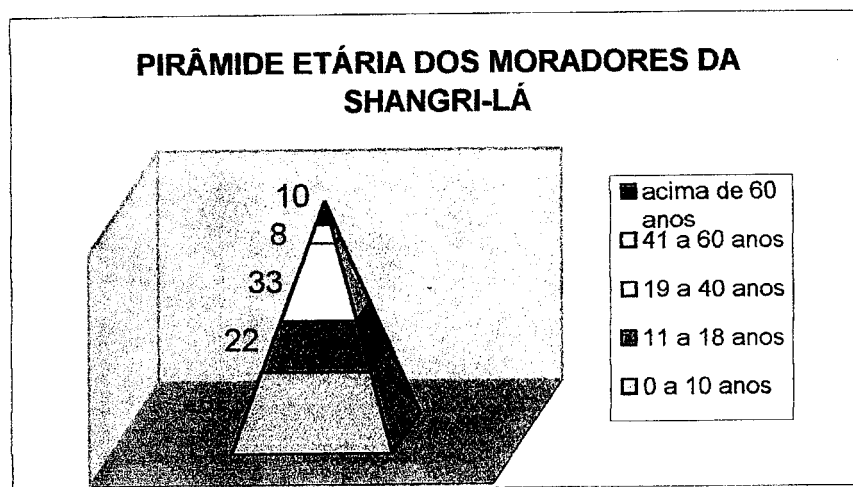
Tal discussão faz-se necessária, no sentido de ir situando a Shangri-Lá neste universo diversificado e heterogêneo. Inicialmente, apresentaremos, brevemente, alguns dados sobre a realidade econômica dos moradores – trabalho e renda. Posteriormente, discutiremos as organizações econômicas populares sob as diversas denominações e formas de cooperativismo com que se apresentam no cenário do neoliberalismo, reestruturação produtiva e desemprego estrutural. Buscamos sinalizar as diferentes interpretações daquilo que amplos setores da sociedade – CUT, universidade, ONGs, movimentos sociais, Estado, etc. — vêm denominando de economia solidária. Para tal, privilegiamos como interlocutores analistas atuais sobre o tema – Singer, Vainer, Razeto, Tiriba, Frigotto, Todeschini, Guimarães etc – bem como o principal autor da filosofia da práxis – Marx.

A cooperativa Shangri-Lá é uma dessas experiências que nascem diretamente das necessidades de sobrevivência das camadas populares mais atingidas pelos reflexos da crise do capital. Alguns dados sobre trabalhos e renda dos moradores são expressivos sobre sua situação.

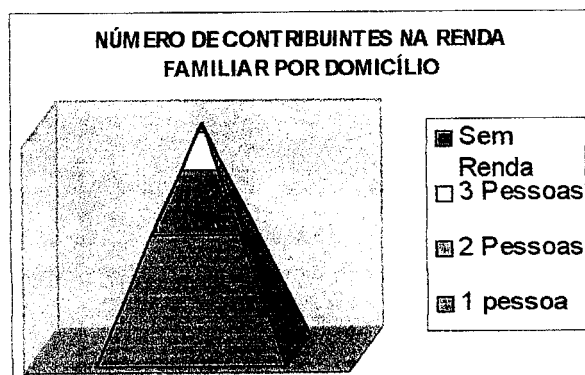
### **3.1. Shangri-Lá: O Trabalho e a Renda dos Moradores**

Das 108 pessoas que moram nas 26 casas pesquisadas, 47,24% têm mais de 18 anos. Esses dados nos mostram que um percentual da população da cooperativa composta

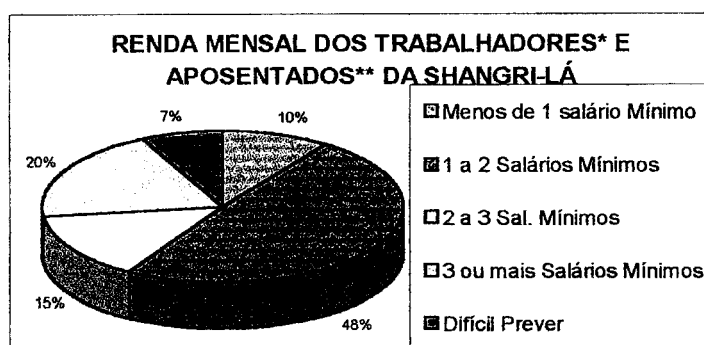
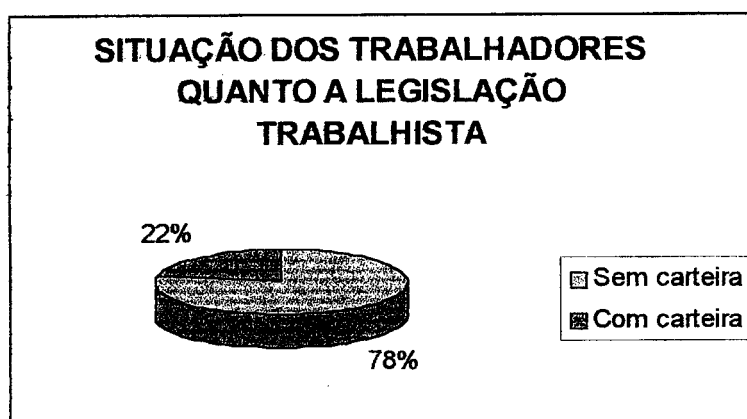
por pessoas com até 18 anos é maior, contabilizando 52,76%. O quadro abaixo sinaliza também que entre os adultos a faixa etária mais expressiva é a de 19 a 40 anos.



No item sobre trabalho, contabilizamos o número de pessoas que participam da renda familiar por cada casa. Em 53,84% das famílias, apenas uma pessoa participava; em 26,92%, duas pessoas; em 15,38%, três pessoas. Em nenhuma família havia quatro pessoas que participavam da renda familiar e em 3,8%, ninguém trabalha, vivendo exclusivamente da ajuda de terceiros.



Num universo de 38 trabalhadores, apenas 22% trabalha com carteira assinada. A maioria composta por 78% não trabalha com carteira assinada. A renda mensal dos trabalhadores gira em torno de: 48,78% de um a dois salários mínimos; 14,63% de dois a três salários mínimos; 19,51% de três ou mais salários mínimos; para 7,33% é difícil prever e 9,75% recebem menos de um salário mínimo.



\* Faltou contabilizar 3 moradores

\*\* O número de aposentados é de seis.

Os dados sobre o trabalho são reveladores de uma realidade bastante difícil uma vez que, na maioria das famílias, apenas uma pessoa trabalha, geralmente de forma

precária, com uma renda mensal que, dificilmente, garantiria as necessidades básicas de uma estrutura familiar com uma média de 2,6 menores por família.

O cenário que se vai delineando é de que, com pouca escolaridade, trabalho precário, baixos salários e família numerosa, pensar e experimentar a vida de uma forma mais coletiva, desde perspectivas futuras mais audaciosas até os problemas da cotidianidade, é uma questão de sobrevivência.

### **3.2. Economia Popular em Tempo de Crise**

O conceito de economia popular não é entendido de maneira uniforme. Geralmente, o entendimento deste conceito tem tido por base alguns aspectos que envolvem os conceitos de economia formal e economia informal. No entanto a busca do conceito de economia popular é, na verdade, uma tentativa de superação. Segundo Tiriba (1998), os conceitos de economia formal e informal já não são capazes de explicar a complexidade do contexto onde os setores populares desenvolvem as suas atividades produtivas.

Comumente, em relação à economia formal, a economia informal é entendida na perspectiva de ausência de alguma coisa. A economia informal apresenta algumas características as quais são sintetizadas pelo Centro de Estudos e Ação Social (Ceas) Urbano (1991, p.55): produção em pequena escala, tecnologia artesanal ou semi-industrial, máquinas e equipamentos de segunda mão, mercado consumidor predominantemente local, dependência de empresas de maior porte para compra de matéria-prima, bem como para a

Classificar uma unidade econômica popular de formal ou informal somente pelas vias da legalidade ou ilegalidade não é suficiente. A formalidade não garante a legalidade, indiscutivelmente. Na sua relação com o poder público, quantas empresas legalizadas, caem na ilegalidade face ao não cumprimento de pagamento de impostos, dos direitos trabalhistas, etc.? O fato de uma empresa estar legalmente formalizada não garante que todas as suas transações ocorram conforme lhe impõe a legislação.

O IBGE num estudo denominado “Economia Informal Urbana: Município do Rio de Janeiro, em 1994” define como atividades econômicas do setor informal aquelas de propriedade dos trabalhadores por conta própria, com até cinco empregados e que se caracterizam pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela não, separação entre capital e trabalho, com fatores de produção. O estudo destaca, também, que “ainda que útil para o propósito analítico, a ausência de registro não serve de critério para a definição do informal na medida que o substrato da informalidade se refere ao funcionamento da unidade econômica e não o seu status legal ou as relações que mantêm com as autoridades públicas”(in: IBASE/SEBRAE,1997, p. 7-8,14)

Além disso, não podemos pensar isoladamente os setores da economia formal e informal como se não houvesse transações comerciais entre ambos e como se uma fosse independente e autônoma em relação à outra. “(...) existe uma única economía com un único sistema de circulación monetária y un único sistema bancario, y no es necesario postular una economía informal separada de la denominada formal”(Pahl, in: Prieto, 1994, p.256). Para Coraggio (1995), quando discutimos a economia popular, a questão não é se as

atividades desenvolvidas pelos setores populares é formal ou informal, mas reconhecer a economia popular como um subsistema dentro da economia global.

Em que o fato de ser formal ou informal compromete o desenvolvimento do conjunto de atividades que compõem a economia popular? Dada a complexidade e heterogeneidade da economia popular, seria possível todas as atividades comporem o âmbito da formalidade no seu sentido restrito, ou seja, de legalização face ao poder público?

Razeto (1993) ajuda-nos a organizar as idéias, quando classifica as atividades básicas que compõem a economia popular:

- a) Soluções assistenciais que envolvem a mendicância, a assistência aos indigentes por parte das instituições públicas ou privadas, etc.
- b) Atividades ilegais que abarcam o tráfico de drogas, a prostituição, os pequenos furtos, etc.
- c) Iniciativas individuais que incluem o comércio ambulante, os guardadores de carros, os serviços domésticos de pintura e limpeza, etc.
- d) Micro empresas e pequenas oficinas onde se encontram os pequenos comércios, as oficinas de fundo de quintal, as biroscas, etc.
- e) Organizações Econômicas Populares (OEPs), que são grupos surgidos, geralmente, de paróquias, comunidades, sindicatos, etc., que buscam organizar-se associativa e solidariamente para responderem suas privações de ordem econômica, social e cultural.

Quanto as OEPs, quinto tipo de atividade da economia popular, Razeto enumera alguns aspectos comuns a estas organizações:

- a) São iniciativas que se desenvolvem nos setores populares.
- b) Não são iniciativas puramente individuais, mas associativas.
- c) São iniciativas organizativas, com objetivos, tomada de decisões, programa de atividades.
- d) São iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas.
- e) São iniciativas que buscam enfrentar os problemas através de uma ação direta, mediante o esforço coletivo e a utilização de recursos próprios.
- f) São organizações que implicam relações e valores solidários, não como algo acessório ou secundário, mas como algo inerente ao modo como se busca enfrentar os problemas e satisfazer as necessidades.
- g) São organizações que se pretendem participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas.
- h) São iniciativas que não se limitam a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais.
- i) São iniciativas que se pretendem distintas e alternativas, no que diz respeito ao sistema imperante, propondo-se, ainda que seja em pequena escala, a uma mudança social, na perspectiva de uma sociedade melhor e mais justa.
- j) São experiências que, surgindo dos setores populares para fazer frente às suas necessidades, geralmente, são apoiadas por instituições religiosas ou organizações não-governamentais, através de atividades de capacitação, assessoria, doação de recursos



materiais, visando o desenvolvimento social, cultural, político, econômico e humano integral dos setores populares (RAZETO, 1987, p.209-211).

Tiriba (1998, p.198) diz que, no universo heterogêneo e complexo da economia popular, podemos destacar as OEPs

“como iniciativas cujos processos de trabalho podem representar os germes de uma nova cultura do trabalho, e a partir das quais poderia se tornar viável a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento deste novo setor da economia, tendo em vista os interesses dos setores populares”

A autora ressalta que as OEPs não devem ser confundidas com as microempresas, uma vez que elas, sob a forma de cooperativas, grupos de produção, associação e centros comunitários, não possuem como meta à maximização do capital investido, mas, principalmente, o investimento no trabalho. Afirma Razeto (apud TIRIBA, 1998) “enquanto na empresa capitalista o objetivo é a máxima valorização do capital sob a K-M-K’, e em OEP -, como unidade econômica fundada no trabalho - o objetivo é a máxima valorização do trabalho, o que se expressa sob a fórmula T-M-T’ ”.

Humberto Ortiz afirma que uma OEP pode ser uma microempresa, desde que mantenha as características de organização solidária, onde todos os integrantes participam na gestão da empresa. Tiriba, ao se questionar sobre o que diferencia uma OEP de uma empresa capitalista, bem como sobre o significado das OEPs, diz que

“no se trata de unidades en que se unifican las figuras del empresario capitalista y del obrero asalariado, o que ambos, en un proceso de cogestión, se constituyen como accionistas de la empresa. Más bien, se tratan de organizaciones compuestas por trabajadores pertenecientes a los sectores populares en que,

desapareciendo las relaciones empleador-empleado, desaparece también el trabajo asalariado como forma de valorización del capital. (...) Las organizaciones económicas populares representarían una particularidad de la economía popular, presentando en diferentes niveles una racionalidad interna distinta de las demás iniciativas emprendidas por los sectores populares y de la propia racionalidad de la empresa capitalista”(ibid, p.21)

Para Razeto (1991, p.51), o que, fundamentalmente, diferencia as OEPs é a dimensão social das ações desenvolvidas por estas organizações as quais são direcionadas “en beneficio de grupos sociales cuyo puesto y función en la sociedad no está dado por la posesión de capitales, sino por la carencia de este y que precisamente por este motivo se encuentran subordinados en una sociedad capitalista”.

Uma outra questão que envolve esta discussão sobre OEPs refere-se ao fator C, que representa conceitos tais como, cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, coletividade, coordenação, etc, presentes em suas ações e que as caracterizam como economia popular de solidariedade. No entanto podemos encontrar experiências econômicas populares onde o fator C não aparece, bem como podemos encontrar elementos de solidariedade em atividades econômicas que não são oriundas dos setores populares. Tal qual a relação que Ortiz faz das OEPs e as microempresas, nem toda economia de solidariedade é popular, nem tampouco toda a economia popular é, obrigatoriamente, de solidariedade. Baseada em Razeto, diz-nos Tiriba (p.1998) que

“entendendo a economia popular de solidariedade como ponto de interseção entre a economia popular e, a economia de solidariedade, as OEPs seriam concebidas como um modo de fazer a economia tendo como tendência (e não necessariamente como realidade) um modo de produzir, distribuir bens e recursos, e de consumir alternativas ao capital”

Quanto ao grau de estabilidade e permanência das OEPs, Razeto as classifica em três níveis: a) estratégias de sobrevivência que responderiam de forma emergencial e transitória às necessidades imediatas dos sujeitos envolvidos; b) estratégias de subsistência, que estariam no âmbito da satisfação das necessidades básicas, sendo inviável a acumulação e o crescimento; e c) estratégia de vida que traz em seu eixo a liberdade, o companheirismo, a autogestão, a satisfação de trabalhar por conta própria (RAZETO, 1987, p.36-39).

Alguns dados sobre as OEPs, em Santiago do Chile, por uma pesquisa realizada pelo Programa de Economia do Trabalho - PET, ajudam-nos a pensar a dinâmica em relação aos três níveis básicos do estágio de desenvolvimento das experiências econômicas populares. Vejamos os dados que, em ordem ilustram na ordem crescente : em 1986 - 492 OEPs; 1989 - 1383 OEPs; 1991 - 2259 OEPs; e 1992 - 5300 OEPs. Esses números correspondem a uma mobilização de cerca de 50 mil trabalhadores, beneficiando aproximadamente 200 mil pessoas (CEDAL- 1994). No período de uma década (1982-92), dos trabalhadores que, inicialmente, percebiam esse tipo de experiência econômica como apenas amenizadora do estado de desemprego em que se encontravam, 70% deles passaram a afirmar que não voltariam para o trabalho assalariado do tipo capitalista. "(...) em uma década, as atividades que até então eram consideradas como estratégias de subsistência e sobrevivência passaram a ser compreendidas como integração econômica" (RAZETO, 1993b) e, muitas vezes, como estratégia de vida.

### 3.3. As Cooperativas uma Resposta Atual

A origem do cooperativismo é antiga, surgindo nos momentos iniciais da Revolução Industrial. A crise naquela época era tão intensa quanto a que vivemos atualmente, considerando, claro, os respectivos contextos históricos: um novo padrão de organização no processo produtivo substitui antigos padrões corporativos de trabalho.

No século XVIII, a primeira revolução tecnológica<sup>32</sup> do sistema foi marcada por uma grande explosão de atividades inventivas. Diminuindo o tempo socialmente necessário para a sua produção, o capital passou a utilizar a ciência como força produtiva, gerando uma crescente busca de novas tecnologias, e, inaugurando novas formas de organização técnica do trabalho.

A invenção da máquina de fiar, movida à energia hidráulica, e a fiadeira automática, utilizando a energia a vapor, assinalaram, decisivamente, este período. O vapor, principal fonte de energia, pode ser considerado como um marco na Revolução Industrial, por deslanchar profundas mudanças sociais e econômicas, uma vez que vai substituir as fontes tradicionais de energia, ou seja, a força humana ou animal.

A indústria ganhou novos espaços geográficos, visto não precisar ficar, necessariamente, situada nas margens dos rios por conta da energia empregada (energia hidráulica). Quanto às transformações que vão-se processando na organização do trabalho,

---

<sup>32</sup> Não existe um consenso na literatura em relação ao conceito de "revolução tecnológica", bem como ao número de revoluções existentes na história do capitalismo. Não entraremos no mérito da questão por julgar suficiente a exposição apreendida no que se refere a elucidação da problemática desta pesquisa.

aparece o sistema fabril, onde, um grande número de operários assalariados desenvolve seu trabalho num mesmo espaço físico obedecendo a uma determinada disciplina e sob constante vigilância.

Para Nogueira (1993), a difusão do maquinismo desencadeou um processo de deterioração das condições de trabalho, referentes à extensão da jornada e à intensificação do ritmo, à redução dos salários e à utilização selvagem da mão-de-obra feminina e infantil. As transformações, no processo de industrialização ocorridas no século XVIII, acarretaram numa dimensão mais ampla da sociedade, uma modificação, em toda vida social, das instituições políticas até o conjunto de valores culturais dos sujeitos sociais

Muitos trabalhadores que foram expulsos do mercado organizam-se em cooperativas. Entretanto a ingenuidade no marco de origem do cooperativismo foi acreditar que se poderia “substituir a empresa capitalista a desigual e exploradora por empresas industriais modernas, democraticamente autogeridas pelos seus trabalhadores” (SINGER, s/d, p. 84).

Mais uma vez, face às transformações do mundo do trabalho empreendida pelo capital como uma das estratégias de enfrentamento à crise de caráter estrutural que vive, estas têm gerado um lastro de exclusão e miséria crescente. A reação dos trabalhadores face a essa situação é similar. Similar e não, idêntica. Julgamos, assim, necessário um breve balanço histórico sobre o cooperativismo, o que implica a discussão sobre o cooperativismo tradicional, as falsas cooperativas e o novo cooperativismo no contexto da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, da globalização e do desemprego.

Historicamente, o sistema capitalista desencadeia crises cíclicas, de caráter estrutural e contraditório. Este explicita-se na capacidade do capital em potencializar as forças produtivas e na sua incapacidade de socializar as riquezas produzidas pelo trabalho humano. A partir dos anos 70 do século passado, o sistema engendra uma nova crise estrutural, em que os mecanismos de solução da crise dos anos 30, pautados em políticas *keyneysianas*, começam a dar indícios de decadência.

Conforme em outros momentos históricos, o revolucionamento das bases tecnológicas da produção é uma arma do capital, face à crise.

A terceira revolução tecnológica caracteriza-se pela mudança qualitativa do novo modelo produtivo, que tem por base a “microeletrônica associada à informatização, à microbiologia e à engenharia genética que permitem a criação de novos materiais e novas fontes de energia” (FRIGOTTO,1995),e permite a substituição de uma tecnologia rígida, segundo o modelo taylorista-fordista, por uma tecnologia flexível. Nesses termos, mais do que nunca, o conhecimento assume uma acentuada centralidade no processo produtivo, em relação aos períodos anteriores.

A fábrica vertical, a diminuição da margem de erros, a produtividade do trabalho, a produção personalizada, a diminuição dos níveis hierárquicos compõem, também, a nova forma de organização e gerenciamento do processo de trabalho que orienta-se, principalmente, pelo hoje se convencionou chamar modelo japonês de produção.

Uma das conseqüências da atual crise do capital, como sinalizam autores como Hobsbawm e Mészáros, é o desemprego estrutural e o subemprego com traços de exclusão menos perversos nos países centrais e com crescentes índices de miséria e indigência nos países periféricos onde o *welfare state* não se concretizou:

“O crescente desemprego destas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornaram quando os tempos melhoraram: Não voltaram jamais.(...) A tragédia histórica das décadas de crise foi de que a produção dispensa visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles”(HOBSBAWM,1996, p. 403-404)

O fato da nova base técnica do sistema produtivo ser flexível permite ao capital instalar-se nas regiões que possibilita o aumento de suas taxas de lucro, processo que vem sendo denominado de “desterritorialização do capital”. De forma crescente e progressiva substituiu o capital vivo por capital morto (máquinas inteligentes). Com esses elementos, assistimos ao capital aumentar a produtividade, mesmo dispensando grandes contingentes de mão-de-obra. Isso, indiscutivelmente, desencadeou uma crise brutal nas instituições da classe trabalhadora - sindicatos e partidos. Assim, vemos o crescimento da exploração pelo trabalho, bem como a perda de direitos trabalhistas conquistados ao longo da história pela classe trabalhadora. Afirma Frigotto (1998, p. 14))

“A dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho – síndrome do desemprego estrutural – precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada (...) com a abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora (...). Este processo dá-se pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia”.(p.41)

No contexto assinalado, as cooperativas reaparecem. Ao longo dos anos que nos separam dessas primeiras experiências, foram surgindo diversas formas de cooperativas: as cooperativas de consumo, as de comercialização e as de produção. Na colocação de Singer (1999, p.25), no que se refere à primeira forma mencionada, elas são “empresas de propriedade de seus clientes, que lhes vendem bens ou serviços de qualidade comprovada a preços mínimos, pois não visam lucros”. Como exemplo, temos as cooperativas de saúde, de educação escolar, de crédito, de seguros, habitacionais, etc. A segunda, são “empresas formadas por pequenos ou médios produtores agrícola, artesanais, coletores de refugos recicláveis, etc., que vendem a produção dos sócios e compram para eles equipamentos, matérias primas etc”. A terceira, qual seja, as cooperativas de produção, são “empresas de produção coletiva agropecuária, industrial ou de serviços”<sup>33</sup>.

Embora essas diferenças estejam presentes, em nível de regimento, todas estão pautadas basicamente nos princípios dos Pioneiros de Rochdale, revisados e discutidos em congressos da Aliança Cooperativa Internacional. Sob esse aspecto as cooperativas devem ser igualitárias e democráticas; os dirigentes devem ser eleitos pelos sócios, as diretrizes e decisões devem ser discutidas e aprovadas em assembleias gerais, e os critérios de distribuição devem ser definidos coletivamente. A partir desses princípios, podemos estar distinguindo as cooperativas que se pretendem construir sob novas bases que não a exploração, o individualismo e a competitividade daquelas que, utilizando-se desta forma legal de empreendimento, reproduzem, linearmente, como objetivo a estrutura de dominação burguesa.

---

<sup>33</sup> Para maiores informações sobre as diferentes formas de cooperativas ver Rios (1989).



O capital tem como um dos elementos estratégicos para o enfrentamento à crise a reestruturação produtiva. Esta representa a assimilação de um novo padrão de produção – o toyotismo –, que, conforme já sinalizado, possibilitou o surgimento de novas formas de organização e gestão do trabalho. A terceirização é uma das principais inovações na gestão do trabalho, possibilitada por conta de uma base produtiva flexível. Isso permite substituir aquela idéia de fábrica horizontal, agregando centenas de trabalhadores num mesmo espaço, pela fábrica vertical, onde a produção não se concentra num mesmo espaço, mas se flexibiliza, buscando melhores oportunidades de aumento das taxas de lucro. Singer (1999) dá um exemplo bastante ilustrativo quanto a isso: Uma companhia de aviação suíça, a Swissair, fez um contrato com uma empresa de contabilidade na Índia. A central da empresa contratante é em Genebra e sua contabilidade é feita do outro lado do mundo.

A redução do número de empregados, bem como a redução de impostos e encargos sociais e a diminuição nos custos de caráter infra-estruturais necessários para a permanência do trabalhador na fábrica, etc., por um lado, representam uma economia para os bolsos dos detentores de capital e, por outro, no que se refere aos interesses do trabalho, uma perda dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho, a diminuição dos postos de trabalho, enfim, a deterioração das condições de trabalho.

Esse conjunto de elementos, associados a uma legislação imprecisa quanto à garantia e fiscalização dos princípios cooperativistas apontados pela Aliança Cooperativa Internacional favorecem as condições propícias para o surgimento crescente das “falsas cooperativas”, que aproveitam, por exemplo, o fato de não existir vínculo empregatício

entre cooperativa e cooperados<sup>34</sup>. A possibilidade de contratar trabalhador assalariado na empresa cooperativista funciona, quase sempre, numa perspectiva de estágio para, posteriormente, ser decidida, coletivamente, a sua admissão como sócio.

“A lei que estabeleceu a não existência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus cooperados, possibilitou a expansão das cooperativas de trabalho como forma mais eficiente de terceirizar a gestão da mão-de-obra. Com isso, surgiu um grande número de ‘falsas cooperativas’ que não são organizadas por iniciativa dos próprios trabalhadores, mas que são controladas por iniciativa dos empregadores e dos intermediários de mão-de-obra (muitas destas cooperativas estão sendo organizadas por antigos gerentes das empresas contratantes). A criação das cooperativas de trabalho se tornou uma forma legal de sonegar impostos e encargos e reduzir direitos trabalhistas” (TODESCHINI et alii, 1999 p, 13)

Para Singer (1999), a condição para que uma cooperativa seja “autêntica”, é ela resultar da vontade livre e consciente de seus sócios, devendo defender-lhes os interesses, o que significa uma remuneração que inclua os direitos trabalhistas conquistados ao longo da história.

Conforme estamos assinalando, no decorrer de nossa exposição, no que concerne aos interesses do trabalho, o cooperativismo tem sido uma reação face à exploração e exclusão produzidas pela lógica do capital, que em tempos de crise, utiliza-se de estratégias de enfrentamento, como, por exemplo, as revoluções industriais – diminuidoras de postos de trabalho. Vimos que no fim século XIX, houve um surto de cooperativismo na Europa Ocidental e na América do Norte:

“Após a 2ª Guerra Mundial, o pleno emprego perdurou por cerca de 30 anos nos países industrializados, durante os quais os

---

<sup>34</sup> Em 1994, a Lei nº 8.949 acrescentou um parágrafo único ao artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativista, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela”.

trabalhadores assalariados conquistaram melhorias salariais e direitos no quadro do Estado de Bem-Estar Social. Neste período o interesse pelo cooperativismo por parte do movimento operário combativo decresceu, pois a conquista do poder estatal tomara-se prioritária” (ibid, p. 26).

A “era de ouro”<sup>35</sup>, referida por Hobsbawm, foi o período subsequente à Guerra, quando o sistema experimentou grande crescimento econômico e profunda transformação social. Foi também o contexto onde a classe trabalhadora, nos países industrializados, ampliou o leque de conquista de direitos.

A segunda revolução tecnológica (1860-1950), teve “como marco o petróleo, aço, química fina, luz elétrica etc”. Tratou-se, na realidade, de transformações tecnológicas que ampliaram, de forma extraordinária, as possibilidades do capital, tanto para substituir a “força humana”, quanto para ampliá-la e explorá-la. Sob a orientação do taylorismo, a organização do processo de trabalho, visava produzir mais no menor tempo possível, o que implicava a divisão máxima do trabalho a fim de simplificar as tarefas, de modo que o trabalhador as realizasse automaticamente. Tal teoria canalizou seus estudos para as questões que envolviam o tempo, o movimento e o comportamento do trabalhador.

O modelo de regulação fordista trouxe em seu bojo a idéia de produção e consumo em massa, de pleno emprego, de diminuição da desigualdades, indicando, no discurso das classes dominantes, a possibilidade de “generalização da industrialização e da idéia de desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado” (FRIGOTTO, 1998).

---

<sup>35</sup> Em sua análise sobre o século XX, Hobsbawm estruturou o livro *A Era dos Extremos: breve século XX*, em três eixos: *A Era da Catástrofe*, *a Era de Ouro* e *o Desmoronamento*. (1996)

Na primeira e na segunda revolução tecnológica, encontramos uma ampliação da força física humana conseqüente de grandes investimentos de capital na produção, expansão e implantação de novos conhecimentos científico-tecnológico (maquinaria), intensificando ainda mais o trabalho humano por parte do capital. Na terceira revolução tecnológica, especificamente, assistimos a um aumento da capacidade mental e intelectual dos seres humanos. A introdução de autômatos no processo de trabalho possibilitou a redução dos postos. As fantásticas inovações tecnológicas no campo da microeletrônica, microbiologia, energia nuclear, representaram uma maior capacidade de aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir os postos de trabalho. É a substituição de capital morto em detrimento do capital vivo.

Conforme sinalizamos na introdução deste trabalho, a perplexidade que nos salta aos olhos é de que nunca a humanidade acumulou tanto conhecimento científico-tecnológico capaz de possibilitar tempo livre no sentido do mundo da liberdade colocado por Marx, e, no entanto ao que assistimos é para uma grande parcela dos seres humanos, o tempo livre ser sinônimo de sofrimento, decorrente do desemprego e do subemprego. A banalização da exclusão em nossa sociedade chegou às raias da insanidade.

Lembrando Gramsci, vivemos uma conjuntura onde o velho ainda não morreu e o novo ainda está por vir. Frigotto (op.cit.) alerta, criticamente, que vivemos, nesta última década, uma espécie de síndrome do fim: fim dos paradigmas, das ideologias, das classes sociais, fim da história. Hobsbawn (1996, p.16), ao responder sobre as concepções escatológicas do nosso tempo, diz que a única certeza que podemos afirmar é que enquanto

houver seres humanos, haverá história, ou seja, a possibilidade de inaugurar novas alternativas:

“Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve Século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do “Fim da História”, haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história”.

A classe trabalhadora insiste em sua tarefa histórica de forjar alternativas ao capital. Singer (1999, p.26) fala que, sob esse cenário de crise houve um renascimento do cooperativismo na Europa e América Latina. Segundo ele, esse novo cooperativismo vem marcado com a crise ideológica da esquerda e, juntamente com as outras instituições que representam a classe trabalhadora, tem pela frente a fúria devastadora da ideologia neoliberal que coloca na centralidade das relações o mercado. Além disso, existe também a crise do trabalho assalariado, produzindo diariamente, a insegurança de grandes contingentes de pessoas quanto à garantia de manter-se vivo.

“O novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalho, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social”.

A história nos mostra que a experiência dos trabalhadores qualificados, na organização e gestão do trabalho, foi marcante. Nos tempos de agora, novos sujeitos coletivos estão envolvidos nesse novo cooperativismo apontado por Singer ? Ele mesmo nos aponta alguns:

“O novo cooperativismo toma formas diversificadas em nosso país: empresas autogeridas , muitas delas agrupadas na

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e de Participação Acionária ou então na Associação Brasileira de Autogestão; pequenas e médias associações ou cooperativa de produção ou comercialização, chamados PACs – Projetos Alternativos Comunitários, formados com o apoio da Caritas; cooperativas ‘agropecuárias’ - na classificação acima, cooperativas de produção – formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos assentamentos de reforma agrária; cooperativas de serviços, formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; cooperativas de serviços de diversos tamanhos, boa parte agrupada nas Federações de Cooperativas de Trabalho estaduais”(SINGER, 1999, p.27)

Por certo, a compreensão das diferentes etapas que, historicamente, o movimento cooperativista apresenta, possibilita-nos sinalizar alguns pontos que, na nossa compreensão, são importante de serem lembrados.

Embora Marx não tenha tratado, sistematicamente, em sua obra sobre as cooperativas dos trabalhadores, ele traz subsídios importantes para esta reflexão. Em suas breves palavras no discurso inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1864, situando a exploração dos trabalhadores face ao capital, diz que “Não obstante, o período transcorrido desde as revoluções de 1848 não deixou de apresentar aspectos compensadores”, que se referem a dois “grandes fatos”.

O primeiro foi a aprovação da lei trabalhista, que restringiu a jornada de trabalho a dez horas, o que representou ganhos para a classe trabalhadora no sentido físico, moral e intelectual. Para além do plano prático, essa conquista significou uma vitória no campo ideológico, face ao discurso burguês de que a restrição da jornada de trabalho arruinaria a indústria “(...) que , como um vampiro, só podia viver sugando sangue, inclusive o sangue das crianças”. Numa frase conclusiva a respeito desse primeiro fato ele

diz "(...) a lei da jornada de dez horas não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária" (MARX, s/d, p. 319).

A segunda conquista significativa apontada pelo autor refere-se ao movimento cooperativista:

"Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levadas pelos esforços desajudados de alguns **hands** audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pelà ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de denominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no Continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848". (MARX, s/d, p. 319) [grifos meus]

Nessa longa citação, o autor vai sinalizando questões que nos parecem importantes na reflexão sobre o cooperativismo hoje, as quais giram em torno das potencialidades e limites de tais experiências. No âmbito das potencialidades, temos o resgate da auto-estima dos trabalhadores, no sentido de que podem autogerir a produção, possibilitando posicionarem-se como sujeitos construtores de suas vidas, negando, em termos ideológicos, a submissão que a ideologia burguesa lhes confere e, em termos práticos, o trabalho alienado, na forma do trabalho associado.

O autor também sinaliza sobre a utilização da ciência moderna como uma força material imprescindível. A nosso ver, ele chama atenção para a necessidade dessas experiências não desconsiderarem que, na correlação de forças entre capital e trabalho no campo econômico, especificamente, com vistas aos interesses deste último, não cabe o carro de bois, por um lado, e o trator, por outro. No entanto, ele chama atenção para o fato de que para que haja ruptura com o sistema vigente, é necessário que o poder político esteja sob a hegemonia dos trabalhadores.

Prosseguindo no seu discurso Marx, alerta para outros pontos: a) a interferência da burguesia, no sentido de vir a utilizar o movimento cooperativista para interesses que não sejam da classe trabalhadora; b) com que a quebra do monopólio capitalista ocorra o poder político deve ser da classe trabalhadora e c) por melhor que sejam os princípios, a experiência cooperativista deve ocorrer numa dimensão nacional, caso contrário, as cooperativas só representarão um “estrito círculo dos esforços casuais de grupos de trabalhadores”.

“Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja o princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por esta mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar ad nauseam o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões



nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais” (MARX, s/d, p. 319-320) [Grifos meus]

Bottomore (1993, p.20) diz que a idéia de cooperativas não fora condenada por Marx e que apenas as suas deformações foram alvo de suas críticas.

“Nesse sentido, as cooperativas apoiadas pelo Estado na Prússia e a defesa em termos socialistas que Lassalle delas fazia foram atacadas por Marx. Os armazéns cooperativos são considerados como arranhões superficiais na face do capitalismo a não ser que façam parte de associações *produtivas* das forças e relações de produção e ‘as forças organizadas da sociedade’(poder de Estado) tenham sido transferidas, por meio da atividade da classe operária, para os próprios produtores”.

Em uma de suas obras de maior expressão – **O Capital** – Marx diz que as fábricas cooperativas

“representam elas próprias, dentro da velha forma, os primeiros brotos da nova, embora reproduzam naturalmente, e devam reproduzir, por toda parte, em sua organização prática, todas as deficiências do sistema. Mas a antítese entre o capital e o trabalho é superada por elas, embora a princípio o seja apenas transformando os trabalhadores associados em seus próprios capitalistas, isto é, permitindo-lhe usarem os meios de produção para o emprego do seu próprio trabalho. Elas mostram como um novo modo de produção nasce naturalmente do antigo, sempre que as forças produtivas materiais e as formas correspondentes de produção social atingem um determinado estágio. Sem o sistema fabril nascido do modo de produção capitalista, não haveria fábricas cooperativas. (...) As sociedades capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas deveriam ser consideradas como formas de transição do modo de produção capitalista para o modo de produção dos produtores associados, com a única diferença de que o antagonismo é resolvido negativamente em uma delas e positivamente na outra”( MARX apud BOTTOMORE, 1993, p.21).

A expansão de crédito no capitalismo é importante, tanto para expansão das cooperativas quanto das sociedades anônimas, que segundo Marx, é a superação do capital

como propriedade privada dentro dos limites dados pelo próprio sistema. A sociedade anônima<sup>36</sup> mudou a imagem daquele capitalista ativo em simples gerenciador e administrador do capital. Nas cooperativas, vemos a abolição do antagonismo entre capital e trabalho na fábrica, uma vez que os trabalhadores são donos dos meios de produção.

Para Marx, tanto as cooperativas quanto as sociedades anônimas representam a possibilidade de transição entre modo de produção capitalista para o modo de produção dos produtores associados. Essas são fases necessárias a partir da compreensão de que um “novo” sistema de produção começa a existir dentro do “velho” sistema, de que as experiências cooperativadas “(...) estão fadadas a conter tanto as cascas do velho sistema como as sementes do novo” (BOTTOMORE, 1993, p. 19)

As interpretações de Marx sobre as cooperativas, inegavelmente, ainda nos são necessárias. No entanto, não podemos esperar que ele responda a todas as questões de nosso tempo, até mesmo porque isso seria impossível. O que de novo e velho podemos ver em relação ao movimento cooperativista enquanto homens e mulheres de nosso tempo?

Esse apelo ao cooperativismo como uma das respostas alternativas ao desemprego é um discurso de amplos setores da sociedade. Por um lado, temos um número crescente de trabalhadores que se inserem, no sentido mais amplo, na economia popular, apenas como alternativa de sobrevivência, face ao desemprego estrutural vigente, perspectiva em que o cooperativismo assume o caráter de amortizador dos conflitos sociais agutzados pelo processo de reestruturação do sistema produtivo, levando em conta as

---

<sup>36</sup> Apesar de encontrarmos em Marx a referência às sociedades anônimas quando discute essa temática, priorizamos por conta de nosso objeto as cooperativas. No entanto vale nos perguntar até que ponto, na nossa realidade atual, é possível ainda pensar a sociedade anônima tal qual posta por Marx.

conseqüências destes processos para as sociedades onde o *Welfare State* não se concretizou, onde as políticas sociais não respondem às necessidades básicas da população.

Por outro lado, por parte do empresariado e do governo, existe um estímulo ao auto-emprego e ao cooperativismo como uma das estratégias de ajuste econômico, tanto no que tange às mudanças da base produtiva, quanto às políticas públicas de geração de trabalho e renda para fazer frente ao desemprego. A esse respeito, Tiriba (1995) afirma que “(...) as empresas vem estimulando os ‘neo-operários’ a criar ‘co-indústrias’, pseudamente autônomas”. Alude-se, aqui, à flexibilização do aparato de produção que implica, entre outras coisas, a terceirização de alguns serviços, geralmente feitos pelos ex-operários, poupando-se assim, os custos com os encargos sociais referentes à mão-de-obra.

A idéia de que as pequenas empresas são grandes negócios, fortemente veiculada pelos meios de comunicação e instituições tipo Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE), vem fomentando o ‘espírito cooperativista’ como alternativa ao desemprego. O Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) tem como um dos seus objetivos “estimular e apoiar a ampliação da oferta de empregos e de oportunidades de geração de renda, buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou de micro e pequenos empreendimentos”<sup>37</sup>. Se, por um lado, encontramos um forte apelo por parte das referidas instituições, por outro, temas como o cooperativismo, a economia solidária, etc., também integram o leque de discussões em fóruns de debate dos movimentos organizados dos trabalhadores. O Grupo de Trabalho Economia Solidária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em dezembro de 1999, publicou a revista *Sindicalismo e Economia*

Solidária, como resultado de uma série de debates realizados no mesmo ano. No editorial lemos:

“O Projeto de Economia Solidária começou a ser formulado pela Central Única dos Trabalhadores como uma resposta criativa à grave crise da economia e do mercado de trabalho que está massacrando os trabalhadores. Acompanhando as profundas transformações que modificam o perfil da classe trabalhadora, a CUT está em processo de organização de uma Agência de Desenvolvimento Solidário”. (CUT, 1999, p. 3)

No que se refere à experiência da Shangri-Lá, acreditamos que, diferente das motivações que engendram o falso cooperativismo, seus moradores vinculam-se aos que vem buscando responder as agruras postas pelo desemprego e tomam a forma legal do cooperativismo como marco. Acatar o que, na história de resistência dos trabalhadores, o movimento tem deixado como herança fecunda é uma ação necessária e um desafio posto para o novo cooperativismo apontado por Singer (1999) que a nosso ver a Shangri-Lá está inserida.

A realidade concreta de nosso tempo impõe-nos buscar compreender o que naquilo que vem sendo denominado como economia solidária, podemos enxergar de novo e de velho, de “reforma ou revolução”, na fala Luxemburgo (1990), de real e ideal e assim evitarmos trilhar caminhos estéreis do romantismo ou do ceticismo, os quais abortam a possibilidade de fazer valer a utopia por uma sociedade de novo tipo.

---

<sup>37</sup> PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional. Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional. Brasília, 2ª Ed. outubro de 1996..

### 3.4. A Economia Solidária: Uma Questão em Aberto

O debate sobre a economia solidária tem sido latente em nossa sociedade. Sob um contexto de desemprego em massa de caráter estrutural, face às transformações no mundo do trabalho, ocorreram mudanças consideráveis na estrutura do mercado de trabalho. A economia solidária tem sido uma proposta apresentada por vários autores como alternativa ao desemprego, uma vez que este setor da economia está em expansão e, até mesmo, a longo prazo, poder recolocar-se em pauta a competição sistêmica.

Vale ainda ressaltar, como um elemento importante no contexto dessa análise, a necessidade de reconhecer o colapso do *socialismo realmente existente*, questionando os pressupostos teóricos e as estratégias políticas que tomaram como referência os pensadores Marx e Engels. Isso, no entanto, não significa que o projeto socialista tenha desaparecido do cenário social e político de nosso tempo e que a humanidade se tenha convencido de que as leis do mercado são democráticas por natureza, uma vez que respeita as liberdades individuais (FRIGOTTO, 1995). Steiner, sobriamente, questiona-nos “o chicote numa mão e o *cheeseburger* na outra” esgotaram as alternativas enfrentadas pela civilização humana? (Callinicos, 1992). Compartilhamos da posição de Hobsbawn (1994), quando, ao responder sobre as concepções escatológicas atuais (fim da história, fim da ideologia, etc), diz que a única certeza que podemos afirmar é que enquanto houver seres humanos haverá história, ou seja, possibilidade de inaugurar novas alternativas. A burguesia aproveita-se da derrocada das experiências “socialistas” para reforçar sua hegemonia e defender por exemplo, o neoliberalismo como a única alternativa possível. Acreditamos que um dos caminhos fecundos para os interesses do trabalho seja revisitar as alternativas econômicas

experimentadas pelos trabalhadores à luz do fato histórico do colapso do *socialismo realmente existente*.<sup>38</sup>

Mergulhados nesse contexto de crise material e não-material, a discussão sobre a economia solidária não ocorre em águas mansas, seja por conta das dificuldades de ordem econômica, legislativa, política, cultural e teórica, que os setores desse campo da economia apresentam, seja pela existência dos monopólios nas mãos do grande capital, elemento preponderante no processo de constituição de sua hegemonia no mercado nacional e internacional.

Considerando o quanto temos ainda a avançar, sem esquecer, também, o quanto já caminhamos, nesta unidade buscaremos situar alguns posicionamentos de diferentes autores que se vêm debruçando no tema.

Procurando situar o problema da geração de postos de trabalho no sistema capitalista contemporâneo, Singer (1997) diz que basicamente ele se dá via três processos de acumulação: o estatal, o capitalista e o autônomo.

Segundo Singer (1997) “a acumulação estatal gera um volume restrito de empregos diretos, que depende do montante e orientação do gasto público. A maior parte deste emprego está na prestação de serviços de consumo coletivo como a educação, saúde e segurança”. Embora saibamos que a demanda por estes serviços é enorme e que poderia

---

<sup>38</sup> A observação aqui limita-se a indicar um caminho a ser trilhado posteriormente. Sobre a crise do socialismo real e os questionamentos dos pressupostos teóricos do marxismo ver: Kurz (1992); Blackburn (1992); Callinicos (1992); Konder (1992); Hobsbaem (1994).

representar um campo ampliado na geração de postos de trabalho, a orientação política, que vale ressaltar é a de um Estado que responde aos interesses privados da burguesia nacional e internacional, contrária à perspectiva do Estado de Bem-Estar Social. O processo de privatização, que temos acompanhado nestes últimos tempos, faz parte de um modelo de desenvolvimento defendido pela classe que em nosso país, tem hegemonia política, econômica e ideológica.

Dentro das políticas de ajuste de cunho neoliberal divulgadas por organismos internacionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) –, verificamos que, um dos mecanismos de enfrentamento à crise atual é o enfraquecimento dos Estados Nacionais no manejo e controle do fundo público. A função do Estado deve-se restringir às normas aplicáveis nas situações de âmbito mais geral. Os indivíduos devem ser livres para agirem de acordo com seus interesses próprios. A idéia gira em torno de que a intervenção estatal representa uma ameaça à liberdade individual. Frigotto (1996) faz a crítica dizendo que “na realidade a idéia de Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital”. Silva (1995, p.11-12) sobre o discurso neoliberal, diz que:

“(...) atribuir à intervenção do Estado e à esfera pública todos os males sociais e econômicos de nossa atual situação e à livre iniciativa todas as virtudes que podem conduzir à regeneração e recuperação da democracia, da economia e da sociedade. Nessa operação, os existentes defeitos da vida política e social são separados de qualquer conexão com o presente modo de organização econômica (o capitalismo) e vinculados tão-somente a uma suposta tendência estatizante e burocratizante de seu modo de organização política”.

Sob esse enfático discurso neoliberal, afirma-se ainda que a inserção dos países em desenvolvimento ou não-desenvolvidos ao processo de globalização econômica, baseada na reestruturação produtiva dependem da educação, na intenção de promover a formação geral, técnico-profissional, requalificação, reconversão e qualificação, com vistas a preparar os indivíduos para a empregabilidade, que requer o desenvolvimento de habilidades básicas, construção de novos valores e atitudes afinadas com a filosofia da qualidade total, competitividade e produtividade. Nesse sentido o governo tem destinado verbas para iniciativas de formação tipo PLANFOR.

A acumulação capitalista no Brasil, na fala de Singer (1997), comporta quase a metade dos postos de trabalho. Seus objetivos no processo de acumulação são: “1. Ampliar a produção para vender mais e lucrar mais; 2. Aumentar a produtividade, de modo a obter a mesma produção com custo menor; e 3. Lançar produtos novos ou aperfeiçoados”. Ao que estamos assistindo, atualmente, é que o capital aumentou a produtividade, inserindo novas tecnologias na produção, sem necessariamente, aumentar postos de trabalho. Pelo contrário, presenciamos o capital dispensar trabalho humano.

#### A acumulação autônoma segundo Singer (1997)

“é a única que se rege pela oferta da força de trabalho. (...) no mundo inteiro e ultimamente no Brasil também, o setor autônomo – a produção simples de mercadorias – é a grande esperança para absorver produtivamente o contingente humano que o aumento de produtividade e a globalização vêm expulsando das empresas capitalistas.”



Seja por conta do pequeno capital, necessário para criação de postos de trabalho neste campo, seja por conta do interesse do capital em amortizar as tensões sociais suscitadas pela crescente exclusão de que estão submetidas milhares de pessoas.

No entanto a frustração em torno da absorção dos desempregados na produção simples de mercadoria advém da competitividade do mercado, em que as grande empresas reafirmam o seu monopólio. A fatia do mercado em que os produtores autônomos podem se inserir é muito pequena. O cenário é de milhões de excluídos do mercado formal, disputando uma fatia bastante restrita de mercado:

“Estão neste caso o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de pequenos animais, a montagem manual de brinquedos, a confecção de roupas, a venda de produto de valor alto (joalherias, boutiques, antiguidades...), além de alguns serviços de reparação, educação, saúde e entretenimento. O resto é o ‘setor informal’, composto por atividades semi-legais, extremamente precárias e que deixam os seus produtores numa penumbra entre a marginalidade social e a superexploração do trabalho familiar a domicílio”. (Singer, 1999.p.9)

A maioria das pessoas que tentam gerar renda através do trabalho autônomo experimentam o fracasso, que implica, além de não se conseguir viabilizar economicamente o negócio, perder o capital inicial investido. Mas a perversidade da estrutura desse sistema vai mais longe. O fato do monopólio do mercado estar nas mãos da grande indústria, do grande comércio, da grande agricultura, dos grandes bancos etc., oferece vantagens para a **produção** – aumento da produtividade com a utilização de novas tecnologia, bem como a ampliação da mais valia- absoluta e relativa – e para a **circulação** – facilitação de colocação das mercadorias, tanto no mercado interno, quanto externo via

redução de taxas de impostos por parte do governo. No **consumo** – a divulgação pelos canais de comunicação de massas, ao mesmo tempo que, veiculam e reiteram, majoritariamente, a hegemonia ideológica da burguesia, criam consumidores em potencial. As necessidades humanas são históricas. Tomando a ciência como força produtiva, o capital insere-se nesse processo intervindo na criação de tais necessidades, segundo seus interesses. Não estamos negando o papel importante da ciência no processo de emancipação da humanidade. O próprio Marx reconhece que a revolução burguesa, em alguns aspectos, representa avanços, um dos quais pode ser atribuído a ciência moderna. Mas o lado perverso, para o qual chamávamos atenção, está justamente no fato de que é a ideologia burguesa a hegemônica. Todos, independentes de nossa condição de classe, estamos inserido numa sociedade burguesa e por isso somos influenciados por ela.

Esse conjunto de elementos aponta-nos uma realidade dura no que tange ao setor autônomo, que vem-se ampliado quanto ao número de pessoas nele inserido, sem, necessariamente, ampliar o seu lugar ao sol no mercado:

“a maior parte da renda ganha na produção autônoma é gasta com produtos do grande capital, de modo que o limite da expansão daquela produção é dado pelo crescimento de um resíduo da procura total, que se volta aos seus produtos” (Singer, 1997, p. 9).

Essa discussão, aponta-nos algumas tendências que têm influenciado no crescimento da exclusão: existe uma contração tanto do emprego público quanto das empresas capitalista e uma expansão no âmbito da acumulação autônoma, sem que isto signifique uma demanda de consumo de seus produtos.

Perante a convicção de que é possível organizar a produção em grande escala sob outros moldes que não o capitalista, que a economia solidária é ventilada como uma alternativa. Diz Singer (ibdi) em relação a economia solidária:

“De forma geral, é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e micro-empresa e oferecer-lhe possibilidades de cooperação e intercâmbio, que aumentem sua probabilidades de êxito. O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A idéia básica é, mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento e a orientação técnica, legal, contábil etc.”

Vainer (s/d, p.47) chama atenção para o caráter paradoxal da expressão economia solidária. Para ele, o mundo da economia numa sociedade em que a “economia domina”, é o mundo da competição, do individualismo, da vitória dos mais fortes, da “guerra de todos contra todos”, considerando que a luta dos trabalhadores contra a exploração do capital sempre foi uma luta contra as regras e as leis da economia capitalista, luta esta em que a solidariedade esteve presente. Dessa forma, os espaços da solidariedade são outros definidos por outros valores e práticas que não os da economia. Segundo esse mesmo autor:

“(…) um projeto amplo, abrangente de solidariedade é inseparável da crítica da economia. Não é possível construir um projeto de solidariedade social, (...) a margem de uma crítica teórica e prática da economia. Não é possível construir uma alternativa à economia, às leis da economia, nos marcos da economia”.

A possibilidade que ele oferece para uma reflexão sobre o problema do cooperativismo, fugindo da ingenuidade e do sectarismo, no sentido de alternativa de luta contra o capital, é a reintrodução da questão da utopia. Isso quer dizer que devemos reconhecer a necessidade de refletir sob a perspectiva de uma dimensão menos imediatista,

conjuntural, mas que tem um horizonte mais amplo. Não podemos deixar que a caótica situação de desespero e de desesperança nos impossibilite de elaborar estratégias mais globais, embora se reconheça que “toda interpelação vinda da desesperanças, do desespero, da necessidade e da emergência é pertinente e legítima”. (ibid)

Considerando que um projeto alternativo, necessariamente, abarca diferentes dimensões – teórico-conceitual, experiência prática, luta política, organização partidária, sindical e associativa, etc –, não cabe pontuarmos nossas ações apenas numa dessas dimensões, tomando a perspectiva de ficar, como se fala popularmente, apenas apagando fogo.

O tesoureiro e coordenador do Grupo de Economia Solidária da CUT, enumera algumas preocupações que o movimento sindical apresenta em relação à economia solidária: o falso cooperativismo, a falta da cultura cooperativista, a garantia dos direitos trabalhistas, os empreendimentos solidários e as políticas públicas e a legislação e a dificuldade do movimento sindical<sup>39</sup>. Na opinião de Singer:

“Um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo ou, de forma mais ampla, da economia solidária é a falta de cultura cooperativa entre nossos trabalhadores. São conhecidos os mutirões, mas carecemos de habilidade de criar empresas democráticas e igualitárias que sejam ao mesmo tempo aptas a competir nos mercados”.

Cientes de que não podemos pensar no sucesso das iniciativas no campo da economia solidária sem pensar num suporte econômico público, a luta pela apropriação pública do que é público é urgente, para pôr fim a indecência da privatização do público,

---

<sup>39</sup> Não iremos nos ater ao conjunto de preocupações apontadas uma vez que já discutimos algumas delas.

apontado por vários autores. Discutir sobre a economia solidária num contexto nacional implica pensarmos o financiamento, o crédito, a formação etc tendo os setores públicos como referência, não no sentido de políticas de caráter compensatório, conforme vemos ao longo de nossa história, mas, contrariamente, pautadas sob a perspectiva do direito. Tais empreendimentos não estão, absolutamente, pedindo benevolências a um Estado que pode apresentar-se sob caráter paternalista, mas reivindicando direitos.

“A CUT pensa nisso (economia solidária) de uma forma integrada com todos os movimentos já existentes. Estão existindo e florescendo várias redes de cooperativas, inclusive a rede de incubadoras das universidades. E a CUT já pensa na criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário, para fomentar, financiar, assessorar, incubar, intermediar e representar os empreendimentos solidários”.(op.cit.,s/d, p. 34)

O presidente Nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, colocando sobre a necessidade da geração de trabalho e renda, refere-se a questão da economia solidária dizendo que ela “(...) não vai resolver todos os problemas da classe trabalhadora. Continua a luta por uma sociedade socialista, cuja ética se baseia na solidariedade e companheirismo. Mas temos que estar abertos a novos desafios”(Revista Unitrabalho. P. 7)

A universidade também está presente neste debate. A Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) que segundo diretor executivo Sidney Lianza, se esforça “(...)no sentido de colaborar com a construção de um marco teórico da economia solidária”, para tal participa na execução de projetos de formação, de incubação de cooperativas populares e de pesquisas. A Rede vem consolidando sua participação no programa Economia Solidária e Autogestionária (USP) e na Rede Universitária de

Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (COPPE-UFRJ). Segundo o coordenador Nacional desta última

“A Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular é um projeto que surge em meados da década de 90 para organizar e qualificar os desempregados históricos – trabalhadores que têm o seu projeto de sobrevivência no mundo informal da economia. Estes trabalhadores se encontrava, na condição de não cidadãos, pelo fato de o direitos à cidadania estar ligado diretamente ao trabalho. Quem não tem trabalho formal, não tem acesso ao sistema de crédito – seja para a compra de uma casa ou bens de consumo. As incubadoras se ocupavam em organizar e qualificar os herdeiros do sistema escravista brasileiro, os que moram em favelas, mocambos e cortiços, os que há mais de 100 anos reproduzem-se como força de trabalho inferior, e cujo mercado de consumo foi edificado à margem da sociedade”(Guimarães,s/d p. 11)

A Unitrabalho está coordenando uma pesquisa nacional juntamente com a CUT denominada “Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil”.

Finalmente Singer (1999) entende como economia solidária “todas as formas de organiizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários. Entre estas formas, as cooperativas são as mais antigas e melhor conhecidas, mas a elas somam-se outras, como os ‘clubes de troca’(formados por pequenos produtores, que usam de moeda própria para intensificar o intercâmbio entre eles) e os ‘bancos do povo’(cooperativas de crédito dirigidos aos mais pobres, cujo crédito é garantido pelo compromisso solidário de grupos formados com este fim).”